



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

MARIO CARDOSO MONIZ

**DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO
TIMOR-LESTE: uma análise do perfil socioeconômico dos bolsistas em
universidades brasileiras**

REDENÇÃO-CE-BRASIL

2017

MARIO CARDOSO MONIZ

**DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO
TIMOR-LESTE: uma análise do perfil socioeconômico dos bolsistas em
universidades brasileiras**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de administração pública, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em administração pública.

Orientador (a): Profa. Dra. Eliane Barbosa da Conceição

REDENÇÃO-CE-BRASIL

2017

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

M744d Moniz, Mario Cardoso Moniz.

Democratização do acesso ao ensino superior no Timor-Leste: uma análise do perfil socioeconômico dos bolsistas em universidades brasileiras. / Mario Cardoso Moniz. – Redenção, 2017.

54 f.; 30 cm.

Monografia apresentada ao curso de Administração Pública do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Barbosa da Conceição.

Inclui referências.

1. Timor Leste - História. 2. Timor-Leste – Política e governo. I. Título.

CDD 959.86

MARIO CARDOSO MONIZ

**DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO
TIMOR-LESTE: uma análise do perfil socioeconômico dos bolsistas em
universidades brasileiras**

Monografia julgada e aprovada para obtenção do Diploma de Graduação em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Data da aprovação : 29/06/2017

Nota : _____

BANCA DE AVALIAÇÃO

Profa. Dra. Eliane Barbosa da Conceição

Orientadora

Profa. Dra. Andrea Yumi Sugishita Kanikadan

Membro

Prof. Dr. Pedro Rosas Magrini

Membro

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui.

Agradeço a **Deus** pelo dom da vida, por acordar todos os dias e ter infinitas possibilidades de ser feliz e de seguir meu caminho. Ele que sempre foi minha força nas horas de desânimo.

Aos meus amados pais, **Baltazar Moniz e Maria Imaculada Cardoso**, por todos os conselhos, pelo apoio e incentivo. Por sempre me ensinarem que dignidade e caráter não se compram, que respeito se conquista com atitudes e que a educação não há dinheiro que pague.

A minha querida namorada, **Jaqueline Viana**, por ser sempre minha amiga e companheira, por todas as brigas transformadas em risadas. Por ser uma parte melhorada de mim mesmo, meu orgulho. Te amo muito.

Aos meus irmãos, **Elisabeth, Faviola, Lamberto e Norberto**, pelo exemplo de caráter, amor e dedicação à família. Sou uma pessoa abençoada por tê-los comigo. Aos meus colegas conterrâneos do curso de Administração pública, **Isaac, Engracia, Jucelina, Saturnino, Eva Filomena, Antonio Gomes, Mario Marçal, Filipa e Paulina** que nesses mais de 5 anos sempre estiveram do meu lado, partilhando momentos de alegrias, histórias e me apoiando nos momentos difíceis. Minha maior sorte foi nossos caminhos terem se cruzado. À vocês minha amizade, amor e admiração eternas.

Agradecimento especial para **Natalia Silva, Aldenísio Moraes, Francisco Antonio, Professor Flavio P. Souza, Professora Dra. Andrea Kanikadan, Professora Dra. Ana Cristina Cunha**, pelos incentivos, elogios e sugestões profissionais que levarei na vida toda.

À minha orientadora **Eliane Barbosa**, que me “iluminou” com a ideia desse trabalho e o construiu comigo. Exemplo de dedicação e amor à profissão, muito obrigado por toda a ajuda, entusiasmo e paciência comigo.

Aos meus amigos, eles que fazem a minha vida mais feliz. Por todas as histórias, parcerias e boas lembranças. Aos que moram longe, mas que continuam sempre no meu coração. E aos amigos da faculdade, com os quais convivi diariamente durante esses anos, e com os quais aprendi muito. Quando esse ciclo se encerrar levarei cada um de vocês no meu coração.

Aos todos os alunos Bolsistas do Programa Bolsa de Estudo Estrangeiro METL no Brasil que participaram da minha pesquisa e fizeram esse trabalho existir. À todas as pessoas

que, de uma forma ou de outra, participaram e contribuíram para que esse projeto pudesse ser realizado.

RESUMO

A democratização do acesso à educação vem sendo um dos desafios na maioria dos países em desenvolvimento. Trata-se de garantia do direito constitucional de acesso à educação de qualidade para os cidadãos, independentemente de fatores socioeconômicos como: raça, cor, região, religião, renda entre outros. O presente trabalho tem como objetivo analisar se o Programa de Atribuição de Bolsas de Estudo no Estrangeiro, criado pelo governo timorense em 2008, tem alcançado com sucesso o seu objetivo de ampliar a oportunidade de acesso ao ensino superior para todos os timorenses, independentemente das condições socioeconômicas. Trata-se de um estudo qualitativo que se valeu, da pesquisa bibliográfica e análise documental, além de aplicação de questionários e realização de entrevistas semiestruturadas. O questionário foi elaborado por meio do programa eletrônico fornecido pelo *SurveyMonkey*, para coletar dados do perfil socioeconômico dos estudantes bolsistas do Programa no Brasil. O questionário foi enviado para totalidades dos estudantes timorenses no Brasil, que somam 195 pessoas, das quais 121 o responderam, o que revela uma taxa de retorno de 62%. Dentre outras dimensões abordadas, os resultados revelam que 98,3% dos estudantes bolsistas encontram-se na faixa etária dos 19 a 30 anos de idade; 37,2% são do sexo feminino; mais de 50% dos respondentes procedem das quatro principais cidades do país; 53,7% revelam que terminaram o ensino médio em escola privada. Embora não se possa fazer generalizações, uma vez que há bolsistas timorenses em diversos países do mundo e que o questionário foi enviado apenas para os que estudam em solo brasileiro, tais resultados sugerem que o programa Bolsa de Estudo no Estrangeiro METL é parcialmente democratizado. A explicação desta parcialidade é percebida após a análise dos resultados obtidos com o contexto histórico do país. Ainda existe a desigualdade no que diz respeito ao acesso desse programa, por fatores limitadores como: renda, escolaridade familiar e o mínimo acesso na escola de boa qualidade nas áreas mais isoladas. Tudo isso pode ser justificado levando em consideração que o Timor Leste é um país novo, e passou por várias dificuldades durante as ocupações estrangeiras e na sua reconstrução após independência, em 2002. Como sugestão para novas pesquisas, recomenda-se a aplicação do questionário para a totalidades dos bolsistas beneficiários do Programa Bolsa de Estudo no Estrangeiro do Ministério da Educação do Timor Leste, nos diversos países em que se encontram.

Palavras-chave: Democratização de acesso ao ensino superior. Análise socioeconômica. Programa bolsa de estudo estrangeiro METL. Timor Leste.

ABSTRACT

The democratization of access to education has been one of the challenges in most countries in the world. It is a guarantee of citizens constitutional rights to access quality education that suppresses factors such as race, color, region, religion, family income among other socioeconomic factors existing in society. The objective of this study is to analyze whether the Scholarships Program named Bolsa de Estudo Estrangeiro, created by the Timorese government in 2008, has successfully achieved its goal of expanding the opportunity for all Timorese to have access to higher education, regardless of the conditions Socioeconomic variables. The research has as deductive character, as far as its technical procedure, an electronic questionnaire provided by SurveyMonkey, as well as its collection, was elaborated, addressing questions related to the socioeconomic conditions of the Scholars Program Students in Brazil. The results obtained, show that the age group of the scholarship students 98.3% is between 19 and 30 years of age; Women access only 37.2%; The four regions have the highest percentage of access and the largest is urban and rural; and family incomes, the low, medium and high levels are predominant; The disparity of female participation is also found in the level of parental schooling; 38.3% of the students surveyed state the highest level of schooling in the family; 53.7% show that they finished high school in private school, 48.8% in public education and 2.5% migrated from public to private. It was concluded that the Bolsa de Estudo no Estrangeiro METL is partially democratized. The explanation of this partiality is perceived after the analysis of the results obtained with the historical context of the country. There is still inequality regarding the access of this program, due to limiting factors such as: income, family schooling and a minimum access to good quality school in the most isolated areas. All of this can be justified by taking into account that East Timor is a new country, and experienced various difficulties during foreign occupation and its reconstruction after independence in 2002. It is recommended that this work, which includes the Foreign Study Program of the Ministry of Education of East Timor, in the countries where East Timorese students were sent.

Key-Words: Democratization of access to third level education, Socioeconomic analysis, Programa bolsa de estudo estrangeiro. East Timor.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Faixa Etária.....	39
Gráfico 2 Sexo dos estudantes bolsistas METL	40
Gráfico 3 Distrito ou município de origens	40
Gráfico 4 caracterização do local de crescimento.....	41
Gráfico 5 Nível da escolaridade do pai.....	42
Gráfico 6 Perfis da escolaridade da mãe.....	43
Gráfico 7 Maior grau de escolaridade da família.....	43
Gráfico 8 Renda familiar dos bolsistas METL	45
Gráfico 9 Origem do Ensino Médio dos Bolsistas METLGráfico 8 Renda familiar dos bolsistas METL.....	45

LISTA DE QUADROS E FIGURAS E TABELAS

Quadro - 1 Acesso à educação de níveis escolares básicos de 1º a 3º ciclos incluindo os professores	22
Quadro 2- O ensino superior em Timor Leste e suas categorias	23
Quadro 3- Áreas e Subáreas do PED 2011-2030.....	26
Quadro 4- Número de Bolsistas METL no Brasil	37
Figura 1- Mapa Timor.....	16
Tabela 2- Os números de diplomados até 2015	24

LISTA DE SIGLAS

ACB - Análise de custo Benefício
ACE - Análise custo efetividade
APODETI - Associação Popular Democrática de Timor
ASDT - Associação Social Democrata Timorese
AVPI - Análise de viabilidade política e de implementação
FALINTIL - Forças Armadas de Libertação e Independência de Timor-Leste
FDCH- Fundo de Desenvolvimento de Capital humano
FRETILIN - Frente Revolucionária do Timor Leste Independente
IES- Institutos de Ensino Superiores
METL-Ministério da Educação de Timor Leste
ONG- Organizações não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PED- Plano Estratégico de Desenvolvimento
RDTL – República Democrática de Timor Leste
UDT - União Democrática Timorese
UNTL- Universidade Nacional Timor Lorosa'e

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. CONSTRUÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO TIMOR LESTE	15
2.1.2. A chegada dos portugueses na ilha do Timor e a invasão japonesa na Segunda Guerra Mundial	15
2.1.3. O Regime Político-Administrativo Português em Timor	15
2.1.4. Formação do Estado Após a Proclamação de Independência em 1975	17
2.2. A INVASÃO DA INDONÉSIA	17
2.2.1. A Resistência Timorese Contra a Ocupação da Indonésia e a sua Independência	18
2.3. A PRIMEIRA ADMINISTRAÇÃO DO GOVERNO DE TRANSIÇÃO 1999-2002	20
2.4. PROBLEMAS SOCIAIS DECORRENTES	20
2.4.1. As políticas de resoluções de problemas e de desenvolvimento	24
2.4.2. Fundo de Desenvolvimento Capital Humano no Timor Leste	26
2.4.3. Programa Bolsa de Estudo no Estrangeiro do Ministério da Educação Timor leste	27
3. DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR	28
3.1. CONCEITO DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	28
3.2. IMPORTÂNCIA DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	30
3.3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR	32
3.4. FATORES QUE CARACTERIZAM A DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	34
4. METODOLOGIA	36
4.1. PROCEDIMENTO TÉCNICO	36
4.2. POPULAÇÃO PARTICIPANTE DO ESTUDO	37
4.3. COLETA E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	38
5. RESULTADO E DISCUSSÕES	38
5.1. PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES BOLSISTAS DO PROGRAMA BOLSA DE ESTUDO NO ESTRANGEIRO DO METL NO BRASIL	39
5.1.1. Faixa etária	39
5.1.2. Sexo	39
5.1.3. Distrito ou município de origens e caracterização do local de crescimento	40
5.1.4. Nível de escolaridade familiar	42
5.1.5. Renda familiar e a caráter do Ensino médio	44
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICES	51

1. INTRODUÇÃO

A democratização do acesso à educação vem sendo um dos desafios na maioria dos países em desenvolvimento. Trata-se de garantia dos direitos constitucionais dos cidadãos de ter acesso à educação de qualidade, independentemente de características como: raça, cor, região, religião, renda entre outros fatores socioeconômicos que podem servir como barreiras a impedir o acesso de determinados grupos de indivíduos a bens e serviços públicos.

No cenário mundial, a Declaração dos Direitos Humanos, nos Estados Unidos da América (EUA), em 1776, e posteriormente a revolução Francesa, em 1789, foram eventos que deram o passo inicial a um regime de direito democrático e influenciaram os países pautados pela liberdade e igualdade do ser humano.

A República Democrática de Timor Leste (RDTL) é um país formado por uma diversidade de etnias e grupos sociais com características distintas, por essa razão as ações afirmativas para englobar todos, sem exceção, são essenciais. Para tal, a Constituição da RDTL, em seu artigo 59º, estabelece o acesso à educação para todos os timorenses como direito fundamental. O país passou por uma longa luta para conseguir a sua independência: primeiro, a luta contra o imperialismo português, que dominou o país por mais de quinhentos anos. E, depois, contra a invasão indonésia, que durou quarenta e cinco anos, desenrolando assim, uma longa história do povo timorense na busca pela independência e o desenvolvimento democratizado.

O Timor Leste oficializou a sua independência em 20 de maio de 2002, e desde então vem buscando formas de acelerar o processo de desenvolvimento. O relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de 2014, classifica o país no nível médio desenvolvimento. Sendo assim, o país ainda enfrenta problemas em várias áreas, principalmente, o desenvolvimento social no que diz respeito à qualificação profissional nacional.

Na tentativa de solucionar esses problemas gerais, e de modo específico a capacitação profissional, foi criado um Plano Estratégico de Desenvolvimento de longo prazo (PED 2011-2030), visando o progresso nas áreas vitais, tidos como principais desafios desde o início da independência. Em 2008 foi criado um Programa de Bolsa de Estudo no Estrangeiro regulamentado pela lei no 30/2008 da RDTL, após aprovação parlamentar do PED 2011-2030, este programa foi adicionado no fundo de desenvolvimento de capital humano para o seu financiamento. O funcionamento, processo seletivo, controle acadêmico e outros fatores

administrativos do programa são responsabilizados pelo Ministério da Educação Timor Leste (METL).

Deste modo, o objetivo geral deste trabalho é analisar se o Programa de Atribuição de Bolsas de Estudo no Estrangeiro, criado pelo governo timorense, em 2008, tem alcançado com sucesso o seu objetivo de ampliar a oportunidade de acesso ao ensino superior para os timorenses, independentemente das condições socioeconômicas.

Como objetivos específicos, que contribuirão para o alcance do objetivo principal, busca-se: 1) identificar os fatores de renda familiar dos estudantes bolsistas do METL; 2) verificar origens sociais estudantes bolsistas do METL; 3) averiguar as regiões geográficas de origens dos estudantes bolsistas do METL. Tendo a seguinte questão de partida: o programa de Atribuição de Bolsas de Estudo no Estrangeiro amplia democraticamente o acesso dos timorenses ao ensino superior?

Hipoteticamente, acredita-se que existe um desequilíbrio no que diz respeito à atribuição de bolsas para estudantes das diferentes regiões do território timorense. Outra hipótese que será investigada é a que estabelece que a renda familiar está diretamente relacionada à aprovação dos estudantes no processo seletivo realizado pelo METL, uma vez que os alunos oriundos das famílias mais abastadas certamente tiveram acesso a educação básica de melhor qualidade.

O presente estudo pode contribuir para o exercício da reflexão sobre a garantia constitucional de cidadãos timorenses em desfrutar o seu direito. E trazer o assunto de democratização de acesso à educação, especialmente o acesso ao ensino superior, a uma discussão acadêmica mais ampla e diversificada.

Além desta introdução e das considerações finais, o trabalho está estruturado em mais três partes, da seguinte forma: o segundo capítulo trata da história e contexto político de construção do Estado-Nação do Timor Leste. Nele se conta a história da luta contra a colonização portuguesa, o período da invasão indonésia e os desafios do país após da sua independência. O terceiro, aborda uma discussão teórica sobre a democratização do acesso ao ensino superior, no que diz respeito ao seu contexto, a importância, as políticas públicas e os fatores que qualificam a democratização do acesso à educação para todos. O quarto capítulo apresenta os resultados e discussões, evidenciando em gráficos e tabelas os dados coletados e em seguida analisando-os à luz da teoria referente democratização de acesso à educação.

2. CONSTRUÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO TIMOR LESTE

2.1.1. O contexto político

Neste capítulo apresentam-se brevemente os marcos históricos do Timor-Leste, desde a colonização portuguesa, a passagem rápida das tropas japonesas, a ocupação indonésia e os desafios do processo de formação do Estado após a sua independência. Uma vez que o Timor Leste é uma nação muito recente – sendo de fato considerado o país mais novo do mundo –, acredita-se que a presente sessão ajudará a compreender a dimensão dos problemas sociais enfrentados pelo país hoje, bem como das alternativas propostas para solução deles.

2.1.2. A chegada dos portugueses na ilha do Timor e a invasão japonesa na Segunda Guerra Mundial

As ilhas de Timor já eram habitadas pelos nativos antes da chegada das colônias estrangeiras, foram primeiramente visitadas pelos comerciantes asiáticos que ali circulavam, e séculos depois, em 1512, foram colonizadas pelos portugueses. O sândalo, madeira preciosa abundante na região, para lá atraía comerciantes. A madeira foi um dos principais responsáveis pela vinda dos portugueses ao Timor, além do mel, que era um dos produtos que também movimentava o comércio na ilha.

O outro motivo da colonização, além da exploração da riqueza natural do território timorense, era a expansão do Cristianismo, ao mesmo tempo em que teriam a oportunidade de diminuir a influência comercial muçulmana na Europa, substituindo os venezianos no comércio europeu, poderiam difundir a fé cristã no oriente (GALDINO, 2016). Ou seja, o movimento de ampliação do domínio religioso cristão vinha junto com o desejo do fortalecimento da riqueza do reino português.

Quanto à invasão Japonesa ao Timor (1942-1945), esta ocorreu ainda durante a colonização portuguesa, sendo o Timor-Português invadido pelas tropas japonesas dez dias após do ataque ao Estados Unidos, conhecido como *Pearl harbour*. O governo português havia manifestado uma posição de neutralidade, mas não foi respeitado e a cidade Dili foi invadida, em 19 de fevereiro 1942, tendo a ocupação durado três anos, apenas terminando após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945 (FARIA, 2011).

2.1.3. O regime político-administrativo português em Timor

O domínio português se estendeu por quinhentos anos, sendo a estrutura colonial a primeira forma organizativa do estado. O que significa dizer que a montagem da estrutura administrativa do Timor português se deu apenas após a nomeação do governador em 1702.

No período anterior, Timor era organizado por um sistema tradicional de reinados, sucus e povoações. Foi só no século XX, após a nomeação do governador lusitano, que a divisão administrativa da “província ultramarina” foi estabelecida no Timor-português, até então, o governo utilizava a ilha para exploração comercial e a expansão do território marítimo do seu domínio, cobrava impostos aos povos nativos e também os escravizava (CUNHA, 2001).

Ao longo dos anos vários governadores foram substituídos, a estrutura administrativa do Timor começou a se modificar, precisamente na década de 60 em que; “[...] a administração portuguesa assentava em onze conselhos: Bobonaro, Covalima, Liquiçá, Ermera, Dili, Ainaro, Same, Manatuto, Baucau, Viqueque e Lautem; e uma circuncisão, o enclave de Oecusse-Ambeno” (FARIA, 2011 p. 7).

Figura 1- Mapa Timor



Fonte: www-geografia.blogspot.com.br

Baseado nestes conselhos, posteriormente, a administração do Timor foi transformada e estruturada em treze distritos. Cada distrito subdividia-se em subdistritos, totalizando 65 subdistritos no território do país. Cada subdistrito dividia-se em sucus e aldeias, sendo essas últimas consideradas a menor divisão administrativa no país, que também eram conhecidas antigamente como povoações. Eram 2228 sucus registrados em todo território timorense. Essas mudanças foram mantidas até 2011, antes da lei da descentralização da administração (Sistema

municipalismo) entrar em vigor, que ainda é baseada nos sistemas anteriores de administração, porém ainda está no processo de implementação, portanto, ainda está sujeito a mudanças (GALDINHO, 2016)

Assim, pode-se entender que o sistema administrativo no território timorense foi construído pelos estrangeiros, e os nativos timorenses conseguiram mantê-los até os dias de hoje. A lei de descentralização administrativa em Timor apresentou um novo padrão também baseado no modelo português, tanto que o país que auxilia o Timor no processo de elaboração, discussão e a implementação é o próprio Portugal (FARIA, 2011).

2.1.4. Formação do Estado após a Proclamação de Independência em 1975

Como resultado da Revolução dos Cravos, ocorrida em Portugal, em 1974, começaram a surgir, no interior das antigas colônias, partidos políticos no intuito da formação de estados independentes. No Timor Leste, inicialmente, foram formados os seguintes partidos políticos: União Democrática Timorense (UDT), Associação Popular Democrática de Timor (APODETI) e a Associação Social Democrata Timorense (ASDT), que posteriormente transformou-se em Frente Revolucionária do Timor Leste Independente (FRETILIN) e veio a declarar-se como o único partido legítimo do povo timorense.

Na ausência da administração do colonizador, uma vez que Portugal ocupava-se dos movimentos de independência que “pipocavam” também nas demais colônias, o FRETILIN declarou unilateralmente a independência do Timor, pela primeira vez em 28 de novembro de 1975 e tomou conta da parte administrativa do país. Ao longo do seu domínio, a administração fracassou por falta do conhecimento e de qualificação das pessoas do seu quadro administrativo, chegando ao ponto de solicitar o retorno dos portugueses, tanto que:

[...] a FRETILIN manteve a bandeira Portuguesa hasteada em frente do palácio do governador e não ocupou o seu gabinete. Com outras medidas então por si tomadas, mostrou ainda que considerava Portugal o poder soberano, tais como colocar guardas armados à porta do Banco Nacional Ultramarino (BNU), prioridade de capitais portugueses (FARIA, 2011 p. 29)

Por tanto, observa-se que desde os primórdios do processo de formação do estado nação do Timor Leste, a problemática de falta de profissionais qualificados, sempre foi e ainda é na atualidade como um dos principais desafios a serem enfrentados.

2.2. A Invasão da Indonésia

A Indonésia já observava o país durante o processo da descolonização portuguesa (1974-1975). A Associação Popular Democrática de Timor (APODETI), com o apoio das autoridades indonésias, era a favor da integração do Timor Leste à Indonésia. Em 1974, os representantes indonésios e portugueses iniciaram diálogos sobre a situação do Timor, porém com os caminhos politicamente distintos não houve acordo nenhum (CUNHA, 2001).

No mês de outubro de 1975, buscando acelerar a saída dos portugueses, a Indonésia no comando da '*Operação Komodo*', divulgou notícias falsas ao mundo de que o Timor estaria renascendo como um país de "perigo comunista", além de ter ameaçado a população, em busca de apoio para a integração do Timor ao seu território. Percebendo isso, a FRETILIN tomou logo a iniciativa de proclamar a independência da República Democrática do Timor Leste em 28 de novembro de 1975.

No dia 7 de dezembro de 1975, dias depois da Proclamação da independência, as tropas indonésias invadiram brutalmente o Timor, com ataque aéreo, marítimo e terrestre. Os portugueses já tinham abandonado a ilha e as forças armadas timorenses sob controle da FRETILIN não resistiram à invasão. Segundo o Santana (1997), em torno de duas mil pessoas foram massacradas, a grande parte da população fugiu para montanhas, tentando se proteger e escapar da barbaridade das tropas indonésias.

Dentre as razões para tal invasão, os principais motivos foram a exploração do petróleo no mar do país e outras riquezas naturais que Timor possui. Não obstante, logo após a invasão do Timor, a Indonésia assinou com a Austrália alguns acordos que a permitiam explorar o petróleo timorense (SANTOS, 2011). As intervenções internacionais, principalmente da Austrália e dos Estados Unidos, foram baseadas nos interesses que esses países tinham pelas riquezas naturais que existem no Timor.

As tropas foram se espalhando em todo o território timorense e o Estado Indonésio estabeleceu uma assembleia legislativa, com apoio de algumas pessoas escolhidas pelo serviço de inteligência indonésio e a APODETI, a fim de que o próprio povo timorense manifestasse apoio à integração. Em 31 de maio 1976, essa mesma assembleia declarou a integração do Timor e foi assinado um documento com este fim pelo presidente da República da Indonésia, na época Soeharto. Tornando assim, o Timor a vigésima sétima província da República Indonésia.

2.2.1. A resistência timorense contra a ocupação da Indonésia e a sua independência

Os timorenses reagiram criando formas de resistência à ocupação, uma primeira modalidade de resistência que surgiu, foi o fortalecimento das Forças Armadas de Libertação e Independência de Timor-Leste (FALINTIL), para a qual foram convocados os membros da FRETILIN e dos outros partidos, sendo assim, iniciou-se uma longa luta contra a ocupação com o apoio máximo da Igreja Católica (TOMÉ, 2010). Assim, como afirma Gagliato (2008), a criação das FALINTIL foi uma das respostas à exagerada brutalidade da invasão que tomou milhares de vida e obrigou cerca de 85% da população restante a se refugiar nas montanhas.

Estabeleceu-se uma verdadeira guerra civil no Timor, em que os indonésios prevaleciam, pois recebiam apoio internacional tanto dos Estados Unidos, que foi o maior fornecedor de armas, como da Inglaterra, de onde compravam os aviões tipo *Hawk*. Assim, justificando as variações de armamentos que a força indonésia tinha para encurtar os movimentos das forças armadas timorenses (MAGALHÃES, 1990).

Em meio a tantos massacres, aconteceu um que veio público, ficando conhecido no mundo todo: o ‘massacre de Santa Cruz’, ocorrido em 12 de novembro de 1992. Tudo começou após as forças indonésias assassinares um jovem líder estudantil que organizava manifestações em Dili, contra a invasão. Nos desdobramentos, mais de 250 pessoas foram mortas. Os líderes Indonésios tentaram ocultar a notícia, mas o jornalista Max Stahl, que havia filmado tudo, desde o começo ao fim do massacre, enviou as filmagens para o *Cable News Network* (CNN), denunciando o genocídio em Timor. A notícia foi transmitida para o mundo todo. Assim, a ocupação do Timor pela Indonésia, ficou conhecida e comoveu o mundo (MAGALHÃES, 1990).

A situação do Timor começou a ganhar atenção estrangeira, despertando os movimentos de solidariedade mundial e ganhando apoio das forças diplomáticas dos Estados e de organizações intergovernamentais (PUREZA, 2001). E logo após dois timorenses, o Bispo Ximenes Belo e José Ramos horta, ganharem o Prêmio Nobel da paz em 1996, por suas contribuições pela paz e a defesa dos direitos humanos durante a ocupação. Isso tornou o caso do Timor ainda mais conhecido pelo mundo (GALDINHO, 2016)

Diante disso, em 1997 a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou uma resolução condenando a Indonésia, o que aumentou ainda mais a pressão para a sua saída do Timor. Em janeiro de 1999 a ONU lançou a proposta de consulta popular para os próprios timorenses decidirem seu destino. A Indonésia, que estava em crise política, após a saída do Ditador Suharto, aceitou, por meio do seu vice-presidente em exercício Habibie, a proposta de consulta e, assim, procedeu a eleição (FARIAS, 2011).

Neste clima de esperança, a Indonésia colocou muitas pressões no público timorense para votarem contra a independência. Vários grupos de milícias, muitas vezes integrados pelos próprios timorenses, foram criados com a finalidade de intimidar a população. Apesar disso, em 30 de agosto de 1999 o povo timorense, em sua grade maioria, decidiu pela liberdade (CUNHA, 2001)

A partir desta data, o Timor deixou de ser uma província administrativa Indonésia, que foi obrigado a deixar o país. Mas nesse processo, a Indonésia destruiu por completo a cidade de Dili, Capital timorense, vários prédios importantes, como hospitais, casas, escolas, entres outras, foram devastados como uma forma de punir a ilha santa Timor Leste (FARIAS, 2011).

2.3. A primeira administração do Governo de Transição 1999-2002

Após o referendun¹, o Timor foi governado pelo representante especial do secretário geral da ONU, representado pelo diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Melo. Conhecido como o governo de transição, pós-referendum, as suas competências eram apenas funcionais e instrumentais, tendo iniciado em 1999 e se estendido até a restauração da independência do Timor em maio de 2002 (FARIAS, 2011).

Após a promulgação da Constituição Federal, em março de 2002, realizou-se, no dia 14 de abril desse mesmo ano, a eleição presidencial, na qual concorreram dois candidatos: Francisco Xavier do Amaral e Xanana Gusmão. O resultado, anunciado em 17 de abril, revelou que o Xanana Gusmão havia sido eleito para o primeiro presidente da República Democrática de Timor Leste pós restauração da independência. Ficou o dia 20 de maio 2002 marcado na história como aquele em que tudo começou a vigorar no país: o governo, o presidente e a Constituição, além de também simbolizar a data da entrega de responsabilidade do governo de transição para o novo governo (GALDINHO, 2016).

Contudo, depois da longa luta contra as ocupações estrangeiras, o Timor teve grandes desafio para construir um novo país nesse mundo globalizado com tantos problemas em praticamente todos os setores.

2.4. Problemas sociais decorrentes

¹ Um instrumento da democracia semidireta por meio do qual os cidadãos eleitores são chamados a pronunciar-se por sufrágio direto e secreto sobre determinados assuntos de relevante interesse à nação.

Segundo o relatório preliminar do último censo, realizado pela terceira vez no país, no ano de 2015, a população aproximada em Timor Leste está em torno de 1.167.242 habitantes (um milhão cento e sessenta sete duzentos e quarenta dois) no seu território urbano. O número cresceu em 9,46% comparado com o censo realizado no ano de 2010 (DGE, 2015).

O país tem grande potencial para o crescimento, pode-se citar, por exemplo, a capacidade econômica de grande porte que pode levar o Timor Leste a um nível alto da economia global, especialmente no mercado asiático, com os seus produtos, tais como: petróleo, que é a principal receita do país; gases naturais; matérias primas de produções de sabonetes; café e entre outras riquezas naturais que o possui.

Pode-se citar alguns problemas enfrentados pelo país como: 1) no setor econômico, identifica-se que há necessidade de intervenção do Estado para a incentivar a economia, pois a falta de investimento privado torna-se um fator preocupante; 2) o desenvolvimento rural encontra-se precário pelo fato da centralização administrativa do governo, acarretando assim, a falta de atenção ao setor da agricultura, que é o meio de subsistências das populações rurais; 3) o turismo é um dos recursos naturais que o Timor possui, porém há pouco investimento nesta área, embora seja uma ilha que possui praias bonitas e outros atrativos turísticos. Além dos citados, os problemas relacionados ao desenvolvimento da infraestrutura e capital social também preocupam os governantes que planejam um meio para desenvolvimento do país (PED, 2011).

A educação é um setor importantíssimo para o desenvolvimento, educar e qualificar pessoas pode levar ao progresso econômico, político e social para formação futura de uma sociedade desenvolvida e com melhor qualidade de vida. Porém, como relatado acima, o Timor Leste passou por diversas crises ao longo dos anos e o setor educacional foi um dos mais prejudicados.

O contexto histórico educacional do Timor Leste divide-se por fases, a primeira diz respeito à fase colonial portuguesa, em que a educação atendia apenas as elites da sociedade timorense (filhos do rei, miscigenação etc.) e utilizava o currículo educacional português como base. A segunda ocorreu durante o período de ocupação da indonésia, período em que foram realizados investimentos na educação pública na tentativa de alfabetizar a população timorense, uma vez que 90% deles não tiveram acesso à alfabetização durante a colonização portuguesa. A terceira fase foi logo após a independência, iniciando-se em 1999, com a administração transitória da ONU, nesse momento o sistema educacional encontrava-se em total destruição, mais de 80% das escolas haviam sido incendiadas, e 90% dos professores não timorenses haviam abandonado o país. Nesse novo cenário, em 2001, foi reiniciado um novo programa de

educação timorense administrada pelo governo de transição com professores voluntários em todo território. A quarta e última fase é a etapa de normalização da educação, reformando-a de acordo com o sistema da maioria dos países. Neste novo contexto, já é garantido à maioria da população o acesso à educação, devido ao novo regime do estado democrático (FREITAS, 2012).

A educação do país ainda se encontra em uma situação de reconstrução após a independência, entretanto o seu nível é considerado baixo comparado ao nível internacional. Alguns dados estatísticos mostram que cerca de 30% das crianças em idade escolar ainda não têm acesso à educação básica e, por conta de conflitos durante a luta contra Indonésia, 60% da população adulta não conclui esse nível escolar, e apenas 40% atenderam o grau de ensino primário e secundário. A causa de nível extrema de pobreza no início da construção do país justificou o maior número de crianças na idade escolar não terem acesso à escola (FREITAS, 2012).

No cenário atual, estatisticamente a educação progrediu bastante. O sistema do ensino nacional começa a funcionar, obviamente ainda com bastante dificuldade, principalmente, o fator de qualificação profissional das pessoas ainda se encontra como o principal desafio neste processo de desenvolvimento.

O número de acesso à educação de níveis escolares básicos, de 1º a 3º ciclos, incluindo os professores, desde o início da independência, só mostram o aumento no que diz respeito ao acesso, como mostra o Quadro 1, abaixo:

Quadro - 1 Acesso à educação de níveis escolares básicos de 1º a 3º ciclos incluindo os professores

Categoria	1999/2000	2010
Escolas do 1.º e 2.º ciclo	674	1.073
Alunos do 1.º e 2.º ciclo	190.000	230.562
Professores do 1.º e 2.º ciclo	3.860	7.576
Escolas do 3.º ciclo	97	245
Alunos do 3.º ciclo	21.810	60.897
Professores do 3.º ciclo	65	2.411

Fonte: Plano Estratégico Nacional da educação (2011, p. 18)

Os ciclos 1º ciclos compreendem o ensino primários, 2º equivale o ensino preparatório e o 3º ciclo o ensino secundário, ou seja, trata-se de um ensino básico de modo diferente. Os números mostram que desde 2000 a 2010 os números cresceram bastante, no que diz respeito à presença dos alunos e professores no ensino básico timorense.

Oliveira (2001) argumenta que investir na qualificação de pessoas é fundamental para o desenvolvimento visto que o progresso econômico depende da qualificação dos trabalhadores, em termos de produção no mercado em geral.

Contudo, destaca-se a importância da existência das universidades no processo de desenvolvimento de um país. Existem no total treze instituições de ensino superior no território todo, sendo que apenas uma é pública e as restantes são particulares. O ensino superior em Timor Leste divide-se em três categorias, como mostra a Quadro 2:

Quadro 2- O ensino superior em Timor Leste e suas categorias

Categoria	Exemplos
Academia ou politécnica	Academia de polícia (apenas nível licenciado)
Instituições	Dili institute of business (IOB) East Timor Cofee Institute (ETCI) Dili Institute of Tecnology (DIT) Instituto Católico de Formação dos Professores (ICFP) Instituto Superior Cristal (ISC) Instituto de ciência religiosas (ICR) de São Tomás de Aquino Instituto Professional de Canossa (IPDC) CSB (apenas nível licenciado)
Universidades	Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL) Universidade da paz (UNPAZ) Universidade de Dili (UNDIL) Universidade Oriental Timor Lorosa'e (UNITAL)

Fonte: Ministério da Educação (2009)

O modelo do ensino superior em Timor Leste ainda não é padronizado, e no momento ainda não há instrumentos para aferição da qualidade. Para isso, o METL fundou um instituto público dotado de autonomia administrativa chamado Agência Nacional de Avaliação e Acreditação acadêmica (ANAAA) (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, 2016).

A maioria dessas instituições/universidades situam-se geograficamente na capital Dili, que mobiliza grande número de estudantes ingressantes na universidade de suas localidades de origem para a capital. O acesso ao ensino superior público na UNTL realiza-se por um processo de seleção de ampla concorrência em todo o país. Sendo a única universidade pública com pouco investimento, a UNTL ainda não tem condição de receber maior número de estudantes. Por isso, a maioria, por vários fatores, não consegue ter acesso à universidade pública e acaba ingressando nos ensinos superiores particulares.

A criação de novas universidades contribui para o desenvolvimento de capital social nacional, como mostra Tabela 1, abaixo, os diplomados até ano de 2015;

Tabela 2- Os números de diplomados até 2015

Instituição	Alunos		
	Masculino	Feminino	Total
Universidade Nacional Timor-Leste	3529	1872	5401
Universidade da Paz	510	351	861
Instituto of Business	101	97	198
Dili Instituto of Technology	68	47	115
Universidade Oriental	147	64	211
Universidade Dili	321	236	557
Instituto Superior Cristal	167	81	248
East Timor Coffee Academy	38	11	49
Instituto de Ciencias Religiosas São Tomas de Aquino	34	43	77
Instituto Professional de Cannosa	49	0	49
Instituto Catolico para Formação de Professores	79	150	229
Total	5043	2952	7995
Institution	Male	Female	Total
		Students	

Fonte/Source : Ministério da Educação / Ministry of Education

Os números mostram que o capital humano produzido pelas universidades locais após a independência do país provoca o aumento da movimentação no mercado de trabalho nacional. E por outro lado, mesmo sendo um país novo, os números mostram que a igualdade de gênero, em termos de escolaridade feminina, é um dos avanços conquistados pelo país.

A desigualdade maior se encontra no fator socioeconômico, o país é classificado como nível do desenvolvimento médio, ou seja, a avaliação da qualidade da vida e o desenvolvimento econômico da população não está em um patamar considerado bom (PNUD, 2014). Portanto, a desigualdade econômica desfavorece aos mais pobres no acesso ao ensino superior, dadas as instituições de maioria particulares, limitando assim o direito de exercer a sua cidadania em ter acesso a educação como instituído na Constituição da República Democrática de Timor Leste.

Mas ao longo do tempo, desde 2002, o Estado timorense vem identificando tais problemas por meio de consultas populares², realizadas para esse fim e para auxiliar na proposta de um plano de desenvolvimento para um país mais justo e democrático.

2.4.1. As políticas de resoluções de problemas e de desenvolvimento

Para direcionar o desenvolvimento de um país, precisa-se de um ponto de partida e um objetivo, e os meios justos para alcançá-lo, a valorização da liberdade dos indivíduos é essencial na sociedade neste processo. O crescimento econômico não pode ser visto como um

² Consulta Popular realizado por 1º Governo Timorense nas comunidades, envolvendo líderes de sucos, jovens etc, para fim de identificar problemas decorrentes na sociedade pós-guerra.

único fator de desenvolvimento de um país, como ensina a doutrina predominante, mais do que isso, devem ser observados também os fatores de disposição humana e social e os direitos fundamentais dos cidadãos, que contribuem para o desabrochar das capacidades humanas e os permite o desfrutar a liberdade. A ausência do serviço de saúde e educação, por exemplo, limita o cidadão na obtenção de seu alimento no dia a dia, no acesso aos remédios, escolas públicas de boa qualidade, entre outros fatores limitantes que fazem com que os indivíduos vivam em condições precárias. Amartya Sen defende a ideia de que a renda é apenas uma entre outras liberdades instrumentais, que são ferramentas para levar o indivíduo a desfrutar suas liberdades substantivas, como a vida, a saúde, a capacidade de tomar decisões, entre outras. Na perspectiva do autor, o pleno desenvolvimento humano é o que contará para o desenvolvimento de um determinado país, uma vez que o indivíduo que desenvolve sua autonomia tem fortalecida a sua capacidade de participação social e suas possibilidades de realizar intervenções que visem à melhoria dos fatores socioeconômico (SEN, 2010).

Após à consulta popular nas comunidades diversificadas em todo território Timorense, criou-se um plano de desenvolvimento para os vinte anos seguintes (2002-2022), que previa metas para a solução dos vários problemas enfrentados naquele período pelo país, em busca da construção da paz pós-guerra e a abordagem das necessidades do povo timorense em termos de saúde, educação e trabalhar para erradicação de extrema pobreza, visto que o povo estava vivendo abaixo do nível da pobreza, por mais de quatrocentos anos da colonização portuguesa e vinte e quatro anos da ocupação Indonésia (FARIA, 2011).

Como os objetivos do primeiro plano não foram alcançados, como se esperava, no início do ano de 2011 foi elaborado um novo plano de longo prazo, um plano de continuação do plano citado anteriormente. O Plano Estratégico de Desenvolvimento (2011-2030), incorporando o plano anterior, acrescido de novas metas, a partir das informações coletadas por meio de uma nova consulta popular, realizada em 2010, visa o seguinte:

Este plano visa desenvolver infraestruturas fundamentais, recursos humanos e o fortalecimento da nossa sociedade, bem como, o crescimento do emprego no setor privado e nos setores industriais estratégicos – tais como a agricultura, o turismo em crescimento e indústrias a jusante no sector do petróleo e do gás (PED, 2011, p. 12).

O Quadro 3, em seguida, mostra as áreas e subáreas que foram tidas como prioritárias, para as quais foram traçados os principais objetivos de curto, médio e longo prazo para o Estado timorense;

Quadro 3- Áreas e Subáreas do PED 2011-2030

ÁREAS PILARES	SUBÁREAS
Capital Social	<ul style="list-style-type: none"> ● Educação e formação ● Saúde ● Inclusão social ● Ambiente ● Cultura e patrimônio
Desenvolvimento de infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> ● Estradas e Pontes ● Água e saneamento ● Eletricidade ● Portos marítimos ● Aeroportos ● Telecomunicações
Desenvolvimento econômico	<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolvimento rural ● Petróleo ● Turismo ● Investimentos no setor privado

Fonte: PED (2011) adaptado por autor

Nesta formação de agenda entende-se claramente as intenções do Estado de investimento em áreas que o povo timorense mais necessita. Como foi planejado, espera-se resolver os problemas dessas áreas prioritárias em um prazo de vinte anos, o seja, até 2031, posto que PED entrou em vigor em 2011, no mesmo ano em que foi publicado.

2.4.2. Fundo de Desenvolvimento Capital Humano no Timor Leste

Para que as metas traçadas para essas áreas e subáreas priorizadas sejam executadas com sucesso, precisam ser fortalecidas os quadros institucionais do Estado timorense, tanto na administração direta ou indireta, judicial e legislativa e entre outras instituições não governamentais ligadas ao processo de desenvolvimento do país. Para tanto, além destas áreas pilares citados acima, o plano também inclui metas para o fortalecimento dessas instituições. Para tal, entendendo este caso como emergencial foi criado, por meio do decreto lei nº 12/2011, o fundo desenvolvimento de capital humano (FDCH) dentro do plano de fortalecimento das instituições e o desenvolvimento de capital social em Timor Leste, como ficou estabelecido:

O Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano irá fornecer um mecanismo base para desenvolver os recursos humanos necessários, para um governo

eficaz e responsável, nos próximos anos. O fundo irá cobrir os custos de formação e desenvolvimento profissional para os nossos funcionários públicos, incluindo bolsas de estudo no exterior e visitas de estudo de curta duração. Além disso, um centro de formação será estabelecido pelo Ministério das Finanças, para oferecer formação em gestão financeira, contabilidade, auditoria e aprovisionamento (PED, 2011, p. 225)

Entretanto, o problema de qualificação dos profissionais, desde o início de 2002, sempre foi a barreira principal no processo de desenvolvimento. E os esforços do poder público para diminuir esse problema tornou-se uma das prioridades, tanto na reformulação do plano base, em 2010, como no lançamento de novo Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 (PED). O desenvolvimento de capital social, especialmente, os recursos humanos não deixaram de ser prioridades nas agendas de políticas públicas do Estado timorense.

2.4.3. Programa Bolsa de Estudo no Estrangeiro do Ministério da Educação Timor leste

Enquanto o ensino superior está no processo de desenvolvimento, o Estado timorense, por meio da sua cooperação internacional juntamente com o conselho de ministro e Ministério da educação Timor Leste (METL) abriram oportunidades para jovens universitários e pesquisadores para estudar e se qualificar nas universidades exteriores nos países parceiros de desenvolvimento.

O programa Bolsa de Estudo no Estrangeiro do METL foi fundado pelo decreto lei nº 30/2008 para atender a necessidade de qualificação de recursos humanos. O caminho é o intercâmbio internacional, que permite aos estudantes timorenses cursar o ensino superior em países estrangeiros. Sendo essa, uma das soluções encontradas pelo Estado timorense para enfrentar um problema vital para o seu processo desenvolvimento.

O artigo 11º do presente decreto clarifica a sua finalidade principal, como segue:

[...] dotar o país de recursos humanos devidamente qualificados, capazes de, a médio e longo prazo responderem às necessidades dos vários setores da economia bem como da administração pública, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento de Timor Leste (TIMOR LESTE, 2008, p. 2569).

São oferecidos os seguintes tipos de bolsas de estudo: bolsa de licenciado ou bacharel, pós-graduação, mestrados e doutoramento, além disso, os programas de pesquisas científicas relacionados aos respectivos níveis e tipos de bolsas do programa. A sustentação financeira do aluno é fornecida diretamente do fundo de desenvolvimento de capital humano, e cabe ao

Ministério da Educação e Cultura Timor Leste responsabilizar-se por sua implementação e suas operações contínuas para o andamento do programa.

Os países parceiros de desenvolvimento do Timor Leste contribuem ao receber os alunos timorenses nas suas instituições educacionais superiores. Portugal, a Tailândia, Filipina e Brasil são principais países que atualmente acolhem os estudantes timorenses nas universidades públicas ou privadas. No entanto, o Estado, por meio, das suas relações diplomáticas tem compromisso contínuo em buscar mais parceiros e cooperações para a ampliação do programa de bolsa de estudo e das demais áreas pilares de desenvolvimento (PED, 2011).

Atualmente, apenas no Brasil, encontram-se quase 200 alunos, espalhados por todo o país (este número aumenta a cada ano), frequentando cursos nas diversas áreas relacionadas às prioridades estabelecidas no PED. Vale ressaltar que são informações fundamentais para este trabalho, que objetiva analisar se esse Programa de bolsas de estudo no estrangeiro, tem de fato, contribuído para a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da análise do perfil socioeconômico dos estudantes beneficiados do programa de bolsa de estudo do Ministério da Educação Timor Leste.

A criação do fundo de desenvolvimento de capital humano e o programa de bolsa de estudo vêm sendo uma das soluções do Estado para atender os problemas públicos da educação, combater à pobreza, melhor as condições econômicas para a formação de uma sociedade mais democrática e justa.

O capítulo seguinte discute sobre a democracia de acesso ao ensino superior, destacando primeiro o seu conceito, importância, as políticas públicas que visam à democratização no acesso ao ensino superior e os fatores que os qualificam.

3. DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

3.1. Conceito da democratização do ensino superior

A educação é a base da formação das pessoas, tanto no nível individual, como na preparação para a sua convivência na sociedade. No mundo globalizado o acesso à educação é cada vez mais difícil na maior parte do mundo, especialmente nos países em desenvolvimento, por motivos sociais, políticos, econômicos, entre outros. Um dos assuntos mais discutidos é a garantia do direito constitucional do cidadão para acesso à educação, como ficou estabelecido

na Declaração Mundial dos Direitos Humanos e nas constituições de muitos países organizados como estados democráticos de direito.

A palavra democracia originou-se da Grécia antiga, o prefixo ‘Demo’ representa povo e ‘Krasia’, o governo, interligando assim, o governo para o povo. Interpretado por Bobbio (1983) como “[...] um conjunto de regras (as chamadas regras do jogo) que consentem a mais ampla e segura participação da maior parte dos cidadãos, em forma direta ou indireta, nas decisões que interessam a toda a coletividade”.

As discussões dos direitos humanos iniciaram-se nos Estados Unidos (1776) e França (1789) com intuito de se opor contra o poder absoluto da monarquia. Esses eventos revolucionários vinham positivando os direitos básicos universais dos homens, que posteriormente influenciaram a criação da Declaração Universal dos Direitos do Humanos (DUDH), aprovado pela ONU, em 1948 (BORGES, 2008).

O artigo XXVI da DUDH (1948), estabelece que o acesso à educação é um direito de todos, independentemente do sistema político, econômico, ideológico, entre outros. Para tanto, as políticas educacionais devem favorecer o pleno desenvolvimento da personalidade humana e o reforço do respeito aos direitos do homem e às liberdades fundamentais na sua vivência em sociedade. Além disso, do documento consta também o favorecimento da compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais e religiosos, assim como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

O pacto internacional sobre direitos econômicos, sociais e culturais aprovado na assembleia da ONU, em 1966, vem reforçar o artigo XXVI de DUDH, que destaca especialmente direito ao acesso ao ensino superior a todos, assim:

[...] os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação [...]. c) A educação de nível superior deverá igualmente tornar-se acessível a todos, com base na capacidade de cada um, por todos os meios apropriados e, principalmente, pela implementação do ensino gratuito (PSDESC, 1966 art. XVIII)

O artigo esclarece que o acesso ao ensino superior é um direito básico, mas que o indivíduo precisa ter capacidade suficiente de obter esse privilégio, tais ‘competências ou capacidade’ segundo Johnson (1997) podem ser entendidos como o talento, habilidades e esforço.

A Declaração universal dos direitos humanos (DUDH) e Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PSDESC) tornaram-se um modelo internacional de

princípios de Estados modernos e os países recém-nascidos (BORGES, 2008). Pode-se citar como exemplo a República Democrática de Timor Leste que na sua idealização como estado soberano, serviu-se dos princípios estabelecidos na DUDH, organizando-se como um estado democrático de direito.

A Constituição da República Democrática de Timor Leste (RDTL) – oficializada em 2002, após da sua restauração da independência – consagrou no artigo 6º de seu primeiro capítulo, o acesso à educação como um direito para todo cidadão timorense.

O artigo 59º da Constituição RDTL, que trata da educação e cultura, declara que: “O Estado reconhece e garante ao cidadão o direito à educação e à cultura, competindo-lhe criar um sistema público de ensino básico universal, obrigatório e, na medida das suas possibilidades, gratuito, nos termos da lei”. Vasconcelos *et al* (2011, p. 2016) interpreta que:

Esse mesmo artigo estabelece ainda que o regime de acesso ao ensino superior deve obedecer ao princípio da democraticidade, equidade e igualdade de oportunidades bem como garantir a objetividade dos critérios utilizados para a seleção e seriação dos candidatos.

A Constituição da RDTL, em seu artigo 16º também institui como princípio a universalidade e igualdade, no que diz respeito ao tratamento diante a lei e que ninguém pode ser discriminado com base na raça, origens, situação econômica, convicções políticas, ideológica, religião, intrusão ou condição mental ou física.

No entanto, no contexto democrático de governar, o acesso à educação é entendido como uma prioridade e, mesmo como um princípio dos Estados democráticos. Podem ser tidas como políticas de democratização de acesso ao ensino superior as ações e programas públicos que se direcionam para toda a população em idade escolar e para aqueles que não tiveram acesso na ocasião própria, sem exceção. Tais políticas devem garantir aos cidadãos a liberdade de usufruir e desfrutar do sistema educacional, especialmente o ensino superior para a sua formação como cidadão e cidadãs na sociedade, como claramente vem sendo fortalecido pelas Constituições de vários países e nas declarações universais de direitos humanos na história da humanidade (SOUZA, 1986).

3.2. Importância da democratização do ensino superior

A discussão de acesso do ensino superior para todos, a ideia de erradicar as desigualdades e as questões relacionadas às políticas da democratização do ensino, eram pouco

discutidas nacional e internacionalmente no século passado, pois a maioria dos países focava apenas nos ensinos fundamental e secundário (SALL; LEBEAU; KASIMIR, 2003).

O acesso dos cidadãos à educação ainda é limitado por vários fatores, mesmo em países democráticos, como afirma Hora (1994, p. 49):

A escola tem uma contribuição indispensável e insubstituível – embora limitada – a dar para a afirmação histórica das classes populares, na medida em que pode favorecer a ampliação da compreensão do mundo, de si mesmo, dos outros e das relações sociais, essencial para a construção da sua presença histórica, responsável e consciente, no exercício da cidadania.

O tema de desenvolvimento e democracia é um assunto difícil de ser tratado junto, mas baseia-se no contexto do direito de a humanidade desfrutar a liberdade, abrindo uma página de discussão sobre os direitos humanos e a idealização da formação de um país mais democrático, isso pode ser considerado como um fator importante. Conforme observou Luck (2009, p. 20), ao descrever a democracia na educação, de modo geral:

A escola é uma organização social constituída pela sociedade para cultivar e transmitir valores sociais elevados e contribuir para a formação de seus alunos, mediante experiências de aprendizagem e ambiente educacional condizentes com os fundamentos, princípios e objetivos da educação. O seu ambiente é considerado de vital importância para o desenvolvimento de aprendizagens significativas que possibilitem aos alunos conhecerem o mundo e conhecerem-se no mundo, como condição para o desenvolvimento de sua capacidade de atuação cidadã.

No exercício da cidadania, o direito e a facilidade do acesso ao ensino superior deve ser garantido pelo Estado. A formação de capital humano para o desenvolvimento do país é essencial. Para chegar neste ponto e garantir a educação a todos, o Estado deve ultrapassar vários obstáculos, principalmente fatores socioeconômicos da população.

Alves e Vieira (1995) destacam os obstáculos que o Estado precisa sobrepujar diante das mudanças constantes no mercado globalizado, tais barreiras como: 1) baixos níveis da escolaridade dos trabalhadores; 2) grande número de jovens egressos, a cada ano, do sistema educacional, com preparo inadequado para enfrentar a exigência do mercado; 3) desatualização e ineficiência do sistema de formação profissionais para atender com rapidez às mudanças tecnológicas e gerenciais; 4) inexistência de metodologias de ensino adequadas as novas necessidades do setor produtivo e ao perfil educacional desejado do trabalhador e por último; 5) inexistência do componente de qualificação profissional na política pública de combate ao desemprego.

Contudo, pode-se afirmar que a educação de qualidade para todos, principalmente, os ensinos superiores, oferece elementos para superar esses desafios, objetivando um desenvolvimento que visa à diminuição do desequilíbrio social.

No relatório do Banco Mundial (2002) identificam-se quatro elementos essenciais em favor do ensino superior visto como meio para alcançar o desenvolvimento, são eles:

- A capacidade de formar capital humano qualificado e adaptável ao mercado de trabalho, incluindo cientistas, técnicos, professores e futuros governantes;
- A capacidade de gerar novos conhecimentos;
- A capacidade de acessar os conhecimentos globais e adaptar ao local onde se insere;
- A transmissão de normas, valores, atitudes e éticas como fundação de construção de capital social necessário para construir uma sociedade civil saudável e uma cultura coesa, ou seja, construir uma base forte de boa governança e um sistema política mais democrática.

Assim, a expansão de conhecimento na sociedade é importante no desenvolvimento do país de modo geral. Qualificar pessoas e adequá-los para o mercado de trabalho é necessário não apenas para o desenvolvimento humano, mas também para o crescimento e desenvolvimento econômico do país.

A relação entre democracia e desenvolvimento é positiva e ocorre de forma instrumental, de modo que a democracia, ao permitir o acesso dos cidadãos para comunicar seus interesses ao aparelho estatal, favorece a eficiência do setor público e contribui para a melhoria do bem-estar social. Na linha de raciocínio do Estado Democrático, governar para povo é essencial, ainda mais quando falamos sobre a participação da população no desenvolvimento. A democratização do ensino superior é, assim, um dos caminhos para desenvolvimento idealizado nos países que adota este regime (LIBÂNEO, 2002).

O acesso à educação superior pode trazer benefícios para o combate de pobreza em termos de fortalecimento do capital social de um determinado país. As ações dos atores de política pública em garantir os direitos constitucionais do cidadão são necessárias para combater a desigualdade.

3.3. Políticas públicas de democratização do acesso ao ensino superior

A política pública é um instrumento para solucionar problemas públicos, pode ser definida como “[...] um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas à solução (ou não) de problemas da sociedade” (BRENNER, AMARAL, CALDAS, 2008, p. 5). Os seus

instrumentos de formalização podem ser uma lei, uma regulamentação, um ato do Poder Executivo, entre outros (SECCHI, 2016).

A desigualdade social é um dos dilemas vividos pelas sociedades e torna-se um dos desafios para os atores de políticas públicas, principalmente, o Estado. A desigualdade social é caracterizada por muitos fatores, sendo um problema muito complexo. Vários estudos disponíveis apontam que as taxas de insucesso acadêmico e de abandono estão igualmente associadas à origem social dos estudantes (TAVARES, 2008).

A política social é o instrumento usado para dar conta desses problemas. “A política social não é só e nem prioritariamente política de combate à pobreza; não é o único instrumento de combate à pobreza e não deve ser dissociada de direitos sociais” (DELGADO E THEODORO apud JACCOUD, 2009).

Deste modo, Godinho (2011) interpreta que:

Política social é um termo largamente usado para ações estatais na área social que garantam os direitos constitucionais de cidadania plena: como educação, saúde, alimentação, trabalho e emprego, saneamento, segurança, agricultura, habitação, assistência social, qualificação profissional, cultura, esporte e lazer (GODINHO, 2011).

No caso do Timor Leste, para o fortalecimento dos direitos constitucionais da cidadania, garantido no artigo 59º da Constituição do país sobre a educação e cultura, foi criado a Lei Base da Educação, em 2008. Nessa lei, encontra-se um dos princípios que fomentam a democratização de acesso ao ensino superior a todos, e que objetiva promover: o desenvolvimento da personalidade e a valorização individual assente no mérito; a igualdade de oportunidades e a superação das desigualdades econômicas, sociais e culturais; e o progresso social.

No entanto, essa política, de uma forma geral, apresenta-se como um instrumento de luta contra questões tão complexas como: o analfabetismo; a educação como processo exclusivo de formação de uma elite; a ausência, a evasão e a repetência da criança na escola; a falta de consciência pública para situação tão grave; a desvinculação do ensino médio das exigências da sociedade moderna; a seletividade extrema no ingresso às universidades; o esvaziamento do ensino superior e a dispersão de esforços pela multiplicidade, nesse nível de ensino básico, de escolas improvisadas em vez da expansão e fortalecimento das boas escolas (ROAZZI, DIAS, ROAZZI, 2006).

Portanto, utiliza-se a política social como base de garantia dos direitos do cidadão. Entre elas, as políticas de redução de desigualdades sociais são essencialmente necessárias.

Dessa forma, as ações e programas públicos que garantam o acesso de todos à educação de modo geral, e no ensino superior especificamente, justificam a busca de um desenvolvimento mais justo, inclusivo e democrático.

No subcapítulo seguinte discutiremos os fatores que caracterizam a democratização do acesso ao ensino superior.

3.4. Fatores que caracterizam a democratização do ensino superior

A democratização se caracteriza pela possibilidade de garantir a participação de todos, sem distinção de cor, raça, etnia, religião, opiniões políticas, condição financeira, dentre outros marcadores que dividem a sociedade. Entende-se, assim, que essas barreiras não devem impedir o acesso de indivíduos e grupos sociais ao ensino superior, pois como ressaltou Libâneo (2002, p. 33):

A escolarização é um dos requisitos fundamentais para o processo de democratização da sociedade, entendendo por democratização a conquista, pelo conjunto da população, das condições materiais, sociais políticas e culturais que lhe possibilitem participar na condução das decisões políticas e governamentais. A escolarização necessária é aquela capaz de proporcionar a todos os alunos em igualdade de condições, o domínio dos conhecimentos sistematizados e o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais requeridas para continuidade dos estudos, série a série, e para tarefas sociais e profissionais, dentre as quais se destacam as lutas pela democratização da sociedade.

De modo geral, nos países de tradição democrática, entende-se a luta da democratização de acesso à educação como uma busca de garantia de direito constitucional. No início de 2011, o governo Timor Leste lançou o Plano Estratégico Nacional da Educação de 30 anos (PENE-2011-2030), seu objetivo é o seguinte:

Em 2030, o povo do Timor Leste irá estar educado, informado e qualificado para viver uma vida longa e produtiva, respeitando os valores tradicionais, da paz e da família. Todos os indivíduos terão as mesmas oportunidades no acesso à educação de qualidade, que lhes permitam participar no processo de desenvolvimento econômico, social e político, assegurando a equidade social e a unidade timorense (PENE-2011-2030, p. 17).

Para desfrutar a democracia de acesso ao ensino superior, os candidatos das vagas universitárias precisam possuir certas habilidades, que podem ser consideradas fatores-chave para obtenção desse direito. Segundo Souza (1968) o único critério de seleção válido seriam as

capacidades intelectual e de trabalho do candidato, sabendo que tais capacidades devem ser trabalhadas na educação básica, que é um dever do Estado.

Nos países em desenvolvimento, a questão de renda é um determinante para a democratização do acesso à educação, principalmente, o ensino superior. Fatores socioeconômicos afetam bastante as possibilidades de acesso a uma educação de qualidade e as escolas públicas não têm conseguido garantir esse direito fundamental. Diante disso, os estudantes das classes sociais menos favorecidas enfrentam dificuldades de acessar conhecimentos de boa qualidade, para que assim, posteriormente possam ingressar no ensino superior, passando pelos processos seletivos (BORGES, 2008).

Ristoff (2014) descreve que a origem social e a situação econômica da família do estudante são, sem dúvida, um fator determinante na trajetória do jovem na educação superior e, por isso mesmo, deve estar na base das políticas públicas de inclusão dos grupos historicamente excluídos.

Além disso, Bento, Mendes e Pacheco (2016), apontam que a condição de escolaridades dos pais também influenciam na trajetória dos filhos, no que diz respeito ao sucesso acadêmico, social e emocional.

Portanto, a luta pela democratização de acesso à educação superior não pode tomar em consideração apenas aspectos relacionados a esse nível de formação, várias questões que dizem, respeito à escolarização recebida em momento anterior ao do ingresso no ensino superior, e que precisam de atenção, como o desenvolvimento de capacidade intelectual desde ensino básico até o grau mais alto.

No geral, os processos seletivos para o ingresso no ensino superior são injustos e não democratizantes, uma vez que se focam apenas na condição intelectual dos candidatos, não levando em consideração fatores limitantes como raça, região residência, origem social, visões políticas e entre outros. Obviamente que a luta da democratização na educação a todos começa desde ensino básico até o superior, combatendo fatores determinantes como condição econômica, sociais, políticas.

Desse capítulo apreende-se que uma política eficaz de democratização do acesso ao ensino superior deve considerar alguns aspectos importantes, dentre os quais destacamos: a) idade; b) sexo; c) o nível de grau; d) município e distrito de origem; e) o local onde cresceu; f) a renda familiar; g) nível de escolaridade do pai; h) e mãe; i) maior escolaridade na família; j) tipo da escola do ensino médio.

O capítulo seguinte, tratará da metodologia utilizada para a realização da presente pesquisa no seguinte apresentam-se os resultados do *survey* realizado com alunos timorenses

beneficiários do programa Bolsa de Estudo no Estrangeiro do METL, matriculados em universidades brasileiras.

4. METODOLOGIA

Segundo Markoni e Lakatos (2010, p. 272) “o pesquisador tem liberdade de escolha do método e da teoria para realizar o seu trabalho [...]”, ou seja, alinhar a viabilidade metodológica com a realização da pesquisa.

Para o alcance de seus objetivos, o estudo parte de uma abordagem qualitativa, valendo-se da pesquisa bibliográfica e análise documental. Dentre os diversos instrumentos de coleta de dados para a pesquisa qualitativa apontados na literatura, neste estudo foram especialmente utilizados o *survey*, como sugerido por Kish (1987) e as entrevistas semiestruturadas, como se descreve em seguida.

Trata-se de uma abordagem qualitativa, pois a sua análise foi feita totalmente qualitativa, mesmo utilizando a dados estatísticos na coleta de dados *via survey*. E o fato de que o objeto de pesquisa desse trabalho sendo totalmente lida com indivíduos, Mayring (2002) caracteriza esse como um estudo qualitativo.

4.1. Procedimento técnico

Segundo Rodrigues (2006, p. 95), o questionário é “[...] também é um instrumento de coleta de dados. Constituído por uma lista de questões relacionadas com o problema de pesquisa, o questionário deve ser aplicado a um número de determinado informantes”.

Portanto foi elaborado questionário eletrônico fornecido pelo *SurveyMonkey*, abordando questões relacionadas às condições socioeconômicas dos estudantes bolsistas do Programa Bolsa de Estudo no Estrangeiro do METL. Nesse processo, o estudo tomou como referência o estudo de Braga e Peixoto (2006) que examina os dados do “Censo Socioeconômico e Étnico dos estudantes de Graduação da UFMG”.

Para o levantamento das condições sociais, culturais e escolares dos estudantes, os autores construíram uma escala socioeconômica que chamaram de “Fator Socioeconômico” (FSE). Tal escala “combina renda familiar, nível de instrução e tipo de profissão dos pais do estudante, além de aspectos de sua trajetória escolar” (BRAGA; PEIXOTO, 2006, p. 19). No entanto, para a aplicação no presente estudo, o questionário foi adaptado, acrescenta-se

questões relativas à região de nascimento e residência do estudante e ao tipo de escola em que realizou a educação básica (ver no Apêndice A uma cópia do questionário).

4.2. População participante do Estudo

O universo dos bolsistas timorenses vinculados ao Programa de Bolsa no Estrangeiro, do METL, no Brasil é formado por 195 estudantes, assim divididos:

Quadro 4- Número de Bolsistas METL no Brasil

IES BRASILEIROS	NÚMERO DE ESTUDANTES
Universidade da integração internacional da lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)	71
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	4
Universidade Estadual Paraíba (UEPB)	38
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	3
Universidade Federal de Goiás (UFG)	2
Universidade Federal do Ceará (UFC)	4
Universidade de Brasília (UNB)	1
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	2
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	13
Universidade Federal do Piauí (UFPI)	1
Universidade Federal do Sergipe (UFS)	7
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	18
Universidade Federal Fluminense (UFF)	7
Instituto Nacional de Telecomunicações (INATEL)	1
Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)	1
Universidade Estadual Paulista-Bauru (UNESP)	9
Universidade Federal Rural Rio de Janeiro (UFRRJ)	4
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	1
Universidade Federal São João Del-Rei (UFSJ)	4
Universidade Federal do Pará (UFPA)	1

Pontifícia Universidade Católica (PUC)	1
Universidade Estadual Campinas (UNICAMP)	1
Universidade Federal do Paraná (UFP)	1
Total universidades: 23	195

Fonte: elaborado por autor baseado nas informações do adido da educação METL no Brasil (2017)

4.3. Coleta e interpretação de dados

Os questionários eletrônicos foram divulgados nos grupos de redes sociais que agrupa todos os bolsistas desse programa no Brasil. A ferramenta de pesquisa online SurveyMonkey oferece mecanismo automático de tabulação e geração de gráficos. Do total de 195 estudantes bolsistas do programa, 121 responderam o questionário que representa 62% da total população pesquisada. O objeto da pesquisa engloba os bolsistas desse programa no nível de graduação, mestrado e doutorado espalhados no IES brasileiros. Porém, atingiu apenas estudantes de graduação, pois no nível de Pós-Graduação encontra-se apenas uma pessoa e, por coincidência, não respondeu o questionário divulgado.

Os dados assim sistematizados foram analisados à luz da literatura revista. Foram realizadas também cinco entrevistas semiestruturadas com estudantes do Programa de Estudo Estrangeiro do governo timorense vinculados à Unilab, com o objetivo de compreender algumas incongruências que emergiram nos resultados do *survey*, tais como: a renda familiar e o número dos beneficentes do programa que concluíram o ensino médio na escola privada.

Os cinco entrevistados foram escolhidos pelo próprio pesquisador, a técnica de escolha utilizada foi pela técnica de amostragem aleatória simples dos discentes timorenses na UNILAB.

5. RESULTADO E DISCUSSÕES

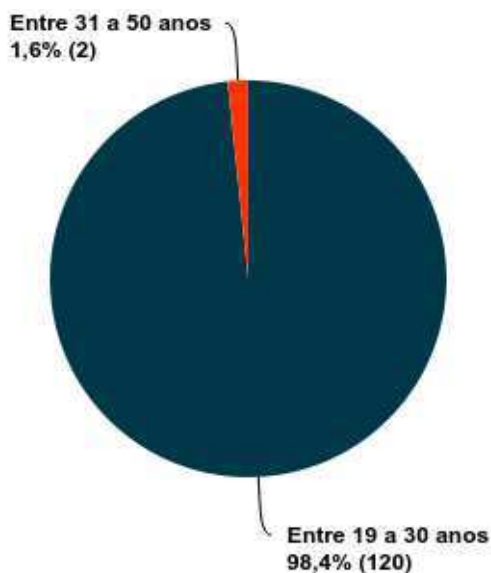
Neste capítulo, são apresentados, por meio de gráficos, tabelas e quadro, os resultados obtidos no *survey* realizado, em que foram pesquisados os fatores socioeconômicos dos estudantes bolsistas do Programa de Bolsa de Estudo no Estrangeiro do METL espalhados no IES brasileiro. Ao final de cada subseção, tais resultados são discutidos e analisados à luz da literatura revista e entrevistas realizadas.

5.1. Perfil Socioeconômico dos estudantes bolsistas do Programa Bolsa de Estudo no Estrangeiro do METL no Brasil

5.1.1. Faixa etária

O gráfico seguinte representa porcentagens de faixa etária da amostra pesquisada:

Gráfico 1- Faixa Etária



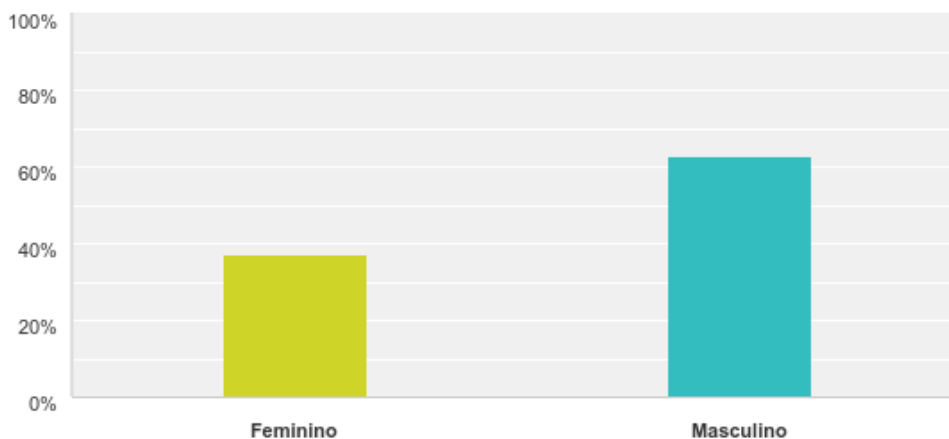
Fonte: própria

98,4% dos bolsistas do Programa encontram-se na faixa etária dos 19 aos 30 anos de idade, que é considerado a faixa etária escolar regular para o ensino superior no Timor Leste, e apenas 1.6% de vagas foram preenchidas pelos estudantes com mais de 30 anos de idade.

5.1.2. Sexo

No que se refere o sexo dos bolsistas que responderam o *survey*, o número maior dos estudantes em termos de gênero, o sexo masculino representa 62,8% e o feminino 37,2%. Como representado no seguinte gráfico.

Gráfico 8 Sexo dos estudantes bolsistas METL



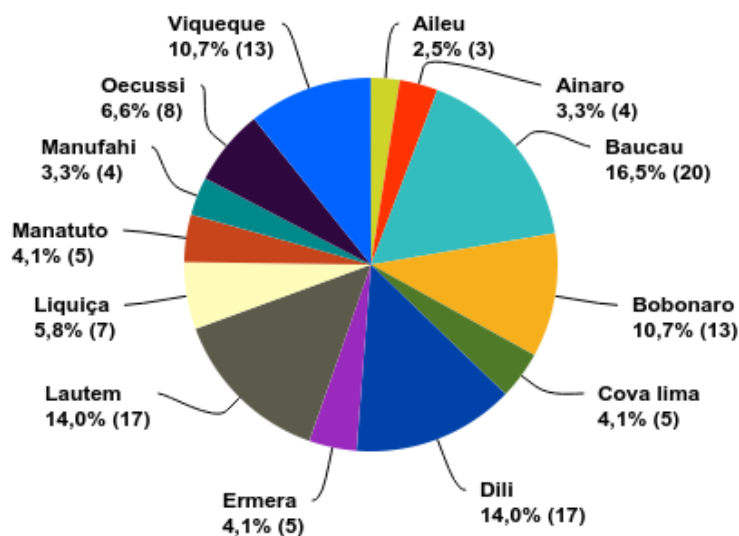
Fonte: própria

Considerando o artigo 16º da Constituição da RDT, que estabelece que os princípios da universalidade e da igualdade, o número de acesso feminino nesse programa ainda é considerado baixo. Portanto, é cabível ao Estado timorense reforçar ações que garantam o direito constitucional das cidadãs timorense ao ensino superior e, certamente, no sistema educacional como um todo.

5.1.3. Distrito ou município de origens e caracterização do local de crescimento

No que diz respeito à região de origens dos estudantes bolsistas do programa, alguns municípios possuem maior representatividade, veremos no gráfico seguinte:

Gráfico 15 Distrito ou município de origens



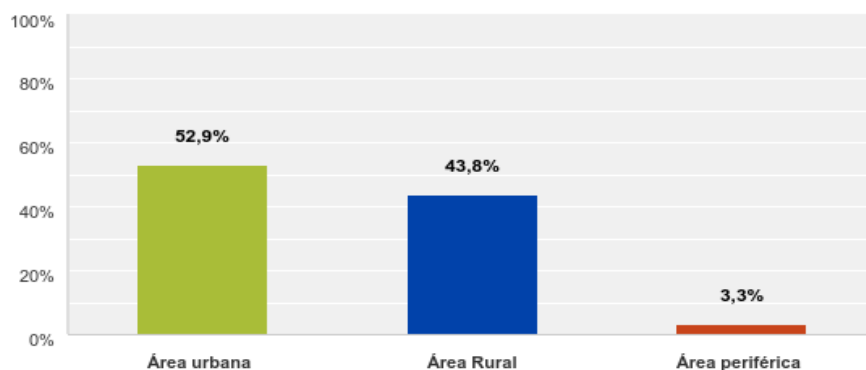
Fonte: própria

Os alunos que nasceram no distrito/município de Bobonaro representam 10,7% da amostra; em Viqueque, nasceram 10,7% dos beneficiários do Programa no Brasil, que responderam ao *survey*. Baucau, despontou como o distrito/município mais bem representado, com 16,5% dos bolsistas respondentes sendo de lá originários. Lautem e a capital Dili empatam com 14,0% dos respondentes. Os dados sugerem que os estudantes oriundos desses distritos/municípios ocupam o maior número de vagas no Programa de Bolsa de Estudo METL. Enquanto o município/distrito Aileu apresenta menor taxa de beneficiados com apenas 3,0%.

O município Dili é a capital do país, a facilidade de acesso à escola encontra-se nele, portanto, justifica-se a maior número de representantes nesse programa. Além disso, ainda não se encontra o porquê outros municípios serem maior do que outros, cabendo a realização de outros estudos para entender esse fato.

Embora tenham nascido nas regiões acima citadas, a maioria dos respondentes cresceu nas zonas urbanas e rurais desses municípios, e não nas zonas periféricas como mostra o seguinte gráfico:

Gráfico 20 caracterização do local de crescimento



Fonte: própria

Os números mostram que os estudantes oriundos das zonas urbana e rurais predominam, sugerindo que têm mais chance de acesso ao programa. A maioria das escolas básicas, tanto públicas quanto privadas, localizam-se nas áreas urbanas e rurais, podendo assim, explicar o maior número de estudantes oriundos dessas áreas no acesso ao programa.

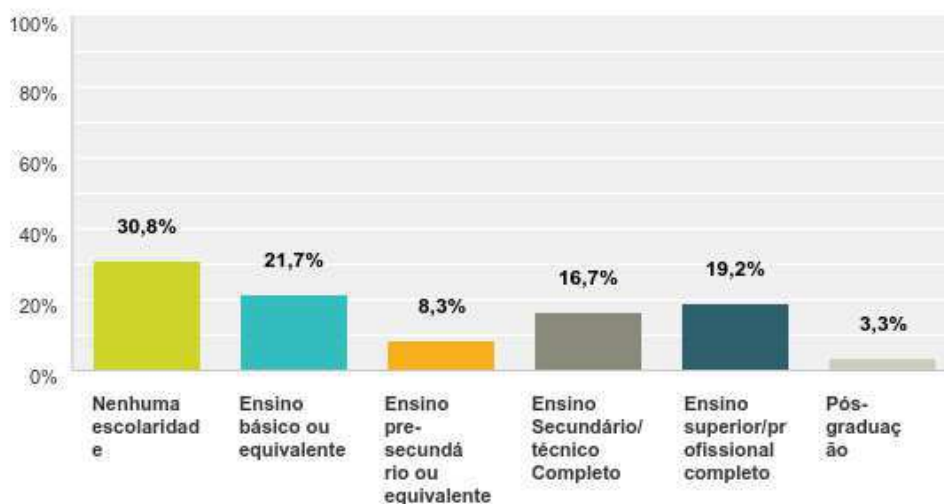
Vale ressaltar que a zona urbana compreende as áreas que possuem mais serviços públicos que facilitam, infraestrutura, escolas, hospitais entre outros; a zona periférica entende-se o contrário; no que diz respeito à zona rural, caracteriza-se de uma região não muito urbanizada e é destinada a atividades da agricultura. Na realidade do Timor Leste, além do capital Dili, a maioria dos distritos/municípios ainda são caracterizados de zona rural.

Na luta de atingir o objetivo de longo prazo traçado no PED 2011-2030, sobre o desenvolvimento de capital social, o Estado timorense tem na frente como desafio de descentralizar o seu poder administrativo. Para que assim, no futuro próximo, todos possam ter uma qualidade de vida boa e, conseqüentemente, tendo a formação de uma sociedade mais democrática em termos da garantia do direito constitucional do cidadão timorense.

5.1.4. Nível de escolaridade familiar

Neste item verificou-se os níveis de escolaridade dos pais e mães dos estudantes beneficiados desse programa. O primeiro gráfico representa o nível da escolaridade dos pais, e o segundo exibe a porcentagem de escolaridades das mães, como se apresenta abaixo:

Gráfico 27 Nível da escolaridade do pai



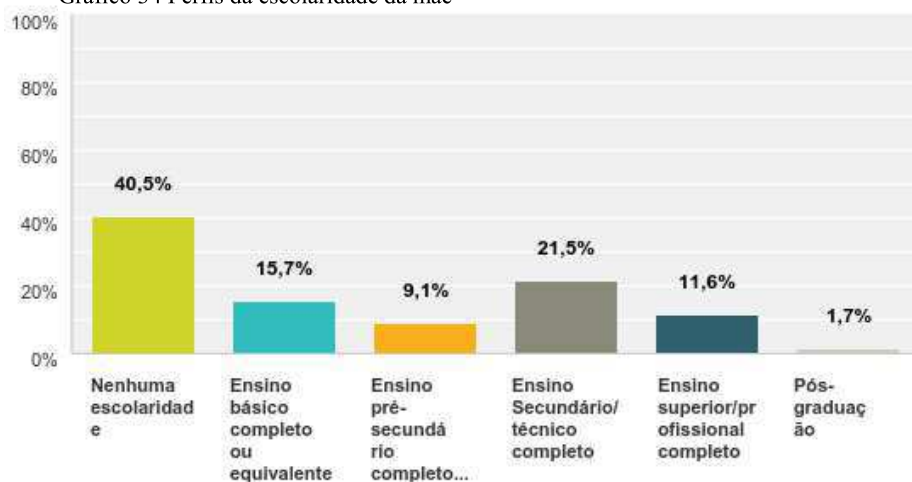
Fonte: própria

Pode-se perceber por meio de gráfico, que 30,8% dos pais dos estudantes beneficiários nunca frequentaram a escola, enquanto que 21,7% frequentaram apenas o ensino básico ou equivalente, e logo abaixo, somente 19,2% tiveram acesso ao ensino superior. Na sequência, 16,7% concluíram o ensino secundário ou técnico, 8,3 % concluíram apenas o pré-secundário³ e a trajetória da escolaridade e o acesso para ensino superior considera-se baixa com 3,3%.

³ Equivale ao ensino fundamental 2

No gráfico seguinte, veremos os perfis de escolaridade das mães dos bolsistas;

Gráfico 34 Perfis da escolaridade da mãe

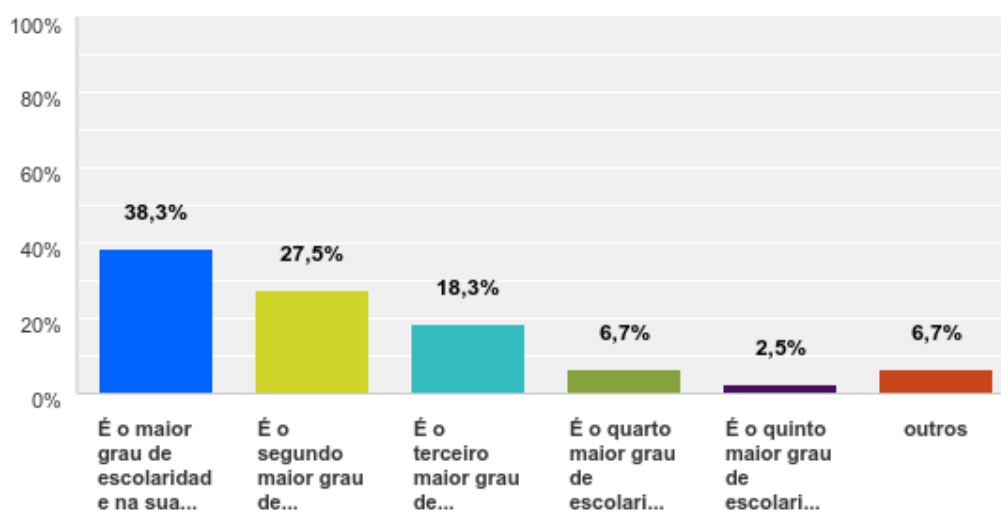


Fonte: própria

Já nos perfis de escolaridade das mães, existem algumas diferenças quando comparado ao dos pais, nota-se que na questão de gênero as porcentagens se alteram. O número de mães sem escolaridade é 40,5%, diferença de 9,7% maior que dos pais. Merece destacar também a porcentagem de mães que concluíram o ensino secundário e técnico o que apresentou diferença de 4,8% maior comparado aos pais. Os outros níveis de escolaridade encontram-se menor do que o dos pais, o nível de escolaridade básico com 15,7%; pré-secundário 9,1%; o ensino superior completo 11,6%; e a menor representatividade compreende as mães que tiveram acesso ao grau de pós-graduação, com apenas 1,7%.

Os bolsistas ainda foram questionados sobre o maior grau de escolaridade da família, questão para a qual obteve-se as seguintes respostas, como mostra no gráfico seguinte:

Gráfico 41 Maior grau de escolaridade da família



Fonte: própria

A maioria dos estudantes pesquisados, ou seja, 38,3%, declaram possuir o maior grau de escolaridade nas suas famílias; 27,5% dos respondentes declararam possuir o segundo maior nível de formação na família; 18,3%, o terceiro; 2,5%, o quarto; 6,7% marcaram a opção outros, que são os estudantes que não se encaixam nas opções propostas, ou seja, até o quinto maior grau de escolaridade familiar.

Afirmando o estudo do Bento, Mendes e Pacheco (2016), os pais são fatores pilares que influenciam a trajetória de filhos no sucesso acadêmico. Mas, o fato de que o Timor Leste passou por uma história turbulenta recente da guerra contra as ocupações estrangeiras influencia bastante a escolaridade dos pais e na formação dos filhos. Causando assim, como alega Tavares (2008) o insucesso acadêmico.

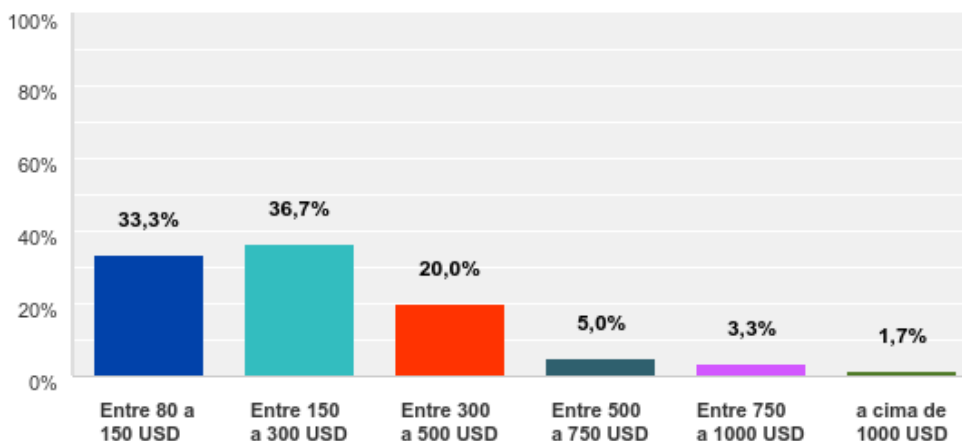
Ressaltando a passagem histórica da educação timorense como conta Faria (2012), na época da colônia portuguesa, o acesso à educação apenas atingia a classe elite. Mas, posteriormente, na ocupação indonésia a educação tornou-se mais acessível. Portanto, a maioria dos pais começaram a ter mais acesso após da entrada dos indonésios.

Percebe-se, então, diante disso, que o acesso à educação no Timor Leste cresceu consideravelmente ao longo dos anos, pois as pessoas mais antigas tinham menos acesso no passado. No entanto, dada a intensa luta pelo direito a educação, atualmente não se observa o mesmo. Voltando ao fato da história da ocupação Indonésia e a colonização portuguesa por muito tempo no país, pode ser uma justificativa nessa observação.

5.1.5. Renda familiar e a caráter do Ensino médio

No que diz respeito à renda familiar, os estudantes foram questionados acerca de renda mensal familiar do patamar timorense, cujos resultados são apresentados no seguinte gráfico:

Gráfico 48 Renda familiar dos bolsistas METL



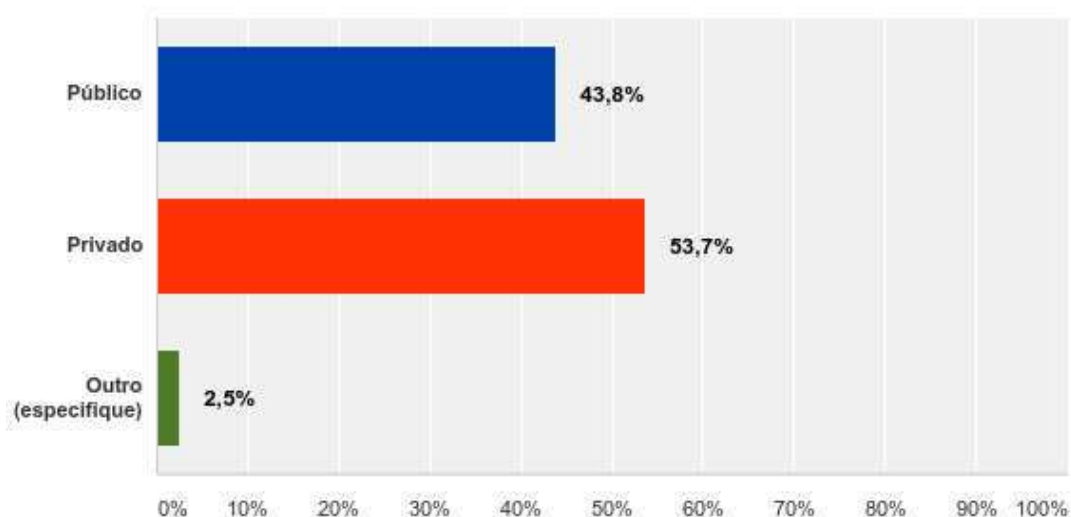
Fonte: própria

Percebe-se então, o predomínio os estudantes com renda familiar entre 150 a 300 USD (considerado nível médio) com 36,7% dos respondentes; a segunda maior porcentagem está entre 80 a 150 USD que corresponde a 33,3% das famílias dos estudantes, esse nível de renda representa a classe baixa em termos salariais; as famílias que têm renda entre 500 a 750 USD está em 5,0%; 750 a 1000 USD representa 3,3%; e acima desses níveis de renda sugeridos, estão apenas as famílias de 1,7% dos respondentes.

Riftoff (2014) destacou a importância da condição econômica familiar para o desenvolvimento educacional de seus membros, segundo autor as famílias que têm melhor condição financeira implicam a melhor educação de qualidade para seus filhos.

No Timor Leste as escolas particulares são consideradas as melhores do país, com conforto, e mais qualidade no ensino, assim inspiram confiabilidade nas famílias com boa condição financeira para inserir seus filhos nessas instituições educacionais. Tanto que a maioria dos estudantes beneficiados do Programa Bolsa de Estudo METL, são oriundos de escolas do ensino médio particulares, como mostra o seguinte gráfico:

Gráfico 55 Origem do Ensino Médio dos Bolsistas METL



Fonte: própria

Os estudantes que terminaram o ensino médio em escolas privadas ocupam a maioria das vagas do Programa no Brasil, com 53,7%; em relação aos que estudaram nas escolas públicas que representam 43,8% dos respondentes; no que diz respeito à opção outros, alegam que cursaram o ensino médio na escola pública e acabam se transferindo para escolas privadas, como sugerem os resultados das entrevistas realizadas.

Neste sentido, respaldando a colocação do Borges (2008), que por fator de renda, os menos favorecidos acabam ingressando no ensino básico público considerado menos qualidade, afetando assim o acesso ao ensino superior ou alguns programas de bolsas que exigem a qualidade do conhecimento dos candidatos na sua passagem no vestibular.

Alinhando com o pensamento de Souza (1968), o único critério de seleção para o acesso ao ensino superior é a capacidade intelectual dos alunos. Logo, os dados sugerem que o METL tenha realizado o processo seletivo desconsiderando aspectos socioeconômicos dos alunos, portanto, o que explica a maior porcentagem dos alunos originários das escolas privadas neste programa.

Encontra-se a incongruência no resultado dessa pesquisa entre a renda e o número de estudantes concluintes do ensino médio em escolas privadas. O *survey* mostra o maior número de estudantes com a renda familiar baixa e média, mas o percentual de bolsistas que terminaram o ensino médio na escola privada é alto, como explica isso? Buscando explicação para isso, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas, envolvendo 5 estudantes beneficiados do programa de bolsa de estudo no estrangeiro METL, que também são respondentes do questionário, com o objetivo de compreender essa incongruência.

Segundo P1⁴: algumas pessoas conseguiram bolsa⁵ da própria escola privada onde eles estudavam [...] sou um deles, por causa de boas notas”, os entrevistados P2, P4 e P5 dividem o mesmo argumento, mas não declararam ter ganhado bolsas. Já o P3 argumenta que: a renda de 300 USD por mês consegue pagar as mensalidades nas escolas privadas.

Portanto, essa incompatibilidade de resultado pode ser explicada por meio de bolsas que os estudantes conseguiram por mérito durante seus estudos na escola privada, tanto que com essa competência intelectual conseguiram passar no processo seletivo do programa bolsa de estudo realizado por METL. Outra explicação cabível nesta lacuna, é que as mensalidades dessas escolas são acessíveis aos familiares do nível salarial médio.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa sugerem o Programa Bolsa de Estudo no Estrangeiro do METL é parcialmente democratizado. A explicação desta parcialidade é percebida a partir da análise dos resultados obtidos no *survey*, à luz da literatura revisada e também dos dados relativos ao contexto histórico do país. Ainda existe a desigualdade no que diz respeito ao acesso desse programa, por fatores limitadores como: renda, escolaridade familiar e o mínimo acesso na escola de boa qualidade nas áreas mais isoladas. Tudo isso pode ser explicado levando em consideração que o Timor Leste é um país novo, que passou por várias dificuldades durante as ocupações estrangeiras e na sua reconstrução após da independência em 2002. Sendo assim, a luta de democratizar o país encontra-se em pleno andamento, pois, ao longo dos anos o Estado timorense veio identificando os problemas decorrentes do país. Portanto, em 2011, lançou-se o Plano Estratégico de Desenvolvimento de longo prazo (2011-2030), que se baseia no modelo democrático de desenvolvimento.

As informações obtidas nessa pesquisa podem ser úteis aos órgãos ligados ao Programa para refletir sobre o seu andamento e papel na democratização do acesso ao programa, e assim, serve-se para reconduzir a política pública, por meio da criação de ações afirmativas aos grupos sociais e regiões menos favorecidas.

Recomenda-se, como proposta para estudos futuros, o aperfeiçoamento do instrumento de coleta de dados e sua aplicação para a totalidade dos beneficiários do Programa

⁴ Código de identificação dos entrevistados

⁵ Isenção de pagamento da mensalidade escolar no ensino privado

Bolsa de Estudo no Exterior do Ministério da Educação do Timor Leste, em todos países para os quais foram enviados estudantes timorenses.

Antes de concluir, vale a pena ressaltar algumas limitações desse trabalho, especialmente a que diz respeito à população considerada, visto que a pesquisa foi realizada apenas com os bolsistas timorenses matriculados no ensino superior no Brasil. O que implica que os resultados obtidos e analisados nesse trabalho se considera o seu limite apenas os beneficiários do Programa Bolsa de Estudo no Estrangeiro do METL, no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. L. G.; VIEIRA, C. A. Qualificação profissional: uma proposta de política pública. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 12, p. 117-144, 1995.

BRAGA, M. M.; PEIXOTO, M. C. L. Censo Socioeconômico e étnico dos estudantes de graduação da UFMG. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BENTO, Antonio V., MENDES, Guida R., PACHECO, Dulce. Relação Escola-Família: Participação dos encarregados de educação na escola. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto, v. 1, p. 603-612, 2016

BOBBIO, Norberto. **Qual socialismo? Discussão de uma alternativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 56. 1983.

BORGES, Maria Creusa de Araújo. Princípios Norteadores da Educação em Direitos Humanos na Instituição Universitária. **Verba Juris**, v. 7, n. 7, p.133-176, jan/dez 2008.

BRENNER, Lopes; AMARAL, Jefferson Ney; CALDAS, Ricardo Wahrendorff. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**, p. 5, Bel Horizonte: SEBRAE/MG, 2008.

BRENNER, Lopes; AMARAL, Jefferson Ney; CALDAS, Ricardo Wahrendorff. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**, p. 5, Bel Horizonte: SEBRAE/MG, 2008.

CUNHA, João Solano Carneiro da. **A questão de Timor-Leste: origens e evolução**. Brasília: FUNAG/IRBr, 2001.

FARIAS, Vicente Soares. **O DESEMPENHO DA ADMINISTRAÇÃO TRANSITÓRIA DAS NAÇÕES UNIDAS EM TIMOR LESTE**. Lambah Manah: Escola de Economia e Gestão, Universidade de Minho, Portugal, 2011.

FREITAS, João Cândio. **Sistema da Educação Nacional, Formação Pós-Escolar & Labour Marketing Pathways em Timor Leste**. Dili, Timor Leste: Slides, 2012.

GAGLIATO, Márcio: **Timor-Leste e a Ocupação Indonésia: a Religião Como Operador de Resistência**. 2008. 79 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, São Paulo, 2008.

GALDINO, Carolina Ferreira. **NASCE UM ESTADO: A CONSTRUÇÃO DO ESTADO DO TIMOR LESTE**. 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96020/galdino_cf_me_mar.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 dez. 2016.

GODINHO, Isabel Calvacante. Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as Políticas Sociais. In: **CÍRCULO DE DEBATES ACADÊMICOS**, 1., 2011, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: Ipea, 2011. p. 1 - 10. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo31.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

HORA, D. L. da. **Gestão democrática na escola: Artes e ofícios da participação coletiva**. São Paulo: Papirus, 1994

JACCOUD, Luciana. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In **Concepção e gestão da Proteção social no Brasil** – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KISH, L. *Statistical design for research*. New York: Wiley, 1987.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública - A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos**. São Paulo: Edições Loyola, 2002 - 18º ed.

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

MAGALHÃES, António Barbedo. **Timor Leste na encruzilhada da transição Indonésia**. Lisboa, Fundação Mário Soares, Gradiva Publicações, 1999.

MARKONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2000.

PUREZA, José Manuel. **Quem salvou Timor Leste? Novas Referências Para o Internacionalismo solidário**. Oficina dos CES nº 164, 2001.

RISTOFF, D. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação., **Avaliação Campinas**; Sorocaba, SP, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014

ROAZZI, A.; DIAS, M. da G. B. B.; ROAZZI, M. **A representação da desigualdade econômica em crianças e adolescentes de nível socioeconômico diferentes**. Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 19, n. 3, Porto Alegre, 2006.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia Científica: Completo e Essencial para a Vida Universitária**. São Paulo: Evercamp, 2016.

SALL, E., LEBEAU Y., R. KASSIMIR “The Public Dimensions of the University in Africa” **Journal of higher Education in Africa** ,1. 2003.

SANTANA. **Timor Leste: este país quer ser livre**. São Paulo: Martin Claret. 1997.

SANTOS, Rita Gomes. **O debate ético-político do terrorismo: o caso do movimento de libertação nacional timorense**, 2011. Disponível em: Acesso em: 03 out. 2011.

SECCHI, Leonardo. **Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de problemas, recomendações de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Alfredo de. Algumas Reflexões Sobre a Democratização do Ensino Superior. **A Universidade na Vida Portuguesa**, Lisboa, v. 1, n. 20-21, p.248-253, jun. 1968.

TAVARES, Diana Amado. **O superior ofício de ser aluno: manual de sobrevivência para caloiros**. Lisboa: Sílabo, 2008.

TIMOR LESTE. **Constituição da República Democrática de Timor Leste**. DILI, 2002. Disponível em: <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Constituicao_RDTL_PT.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2017.

TIMOR LESTE. **Decreto lei nº 30/2008**. Dili, Timor Leste. 2008

TIMOR-LESTE. **Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030**. Dili: Timor-Leste, 2011.

VASCONCELOS, Pedro Carlos Bacelar de et al. **Constituição Anotada da República Democrática de Timor-Leste**. Braga: Direitos Humanos-centro de Investigação Interdisciplinar Escola de Direito da Universidade do Minho Campus de Gualtar, Braga, 2011.

WORLD BANK. **Constructing Knowledge Societies: New Challenges for Tertiary Education**, Washington DC: The World Bank. 2002.

APÊNDICES

A – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO APLICADOS AOS BOLSISTAS DO PROGRAMA BOLSA DE ESTUDO NO ESTRANGEIRO METL

1. QUAL É A SUA IDADE EM 20/06/2017?

- Entre 16 a 18 anos
- Entre 19 a 30 anos
- Entre 31 a 50 anos

2. SEXO

- Feminino
- Masculino

3. VOCÊ ESTÁ CURSANDO?

- Graduação
- Mestrado
- Doutorado
- Outros (especifique)

4. QUAL É O SEU MUNICÍPIO/DISTRITO DE ORIGEM?

- Aileu
- Ainaro
- Baucau
- Bobonaro
- Cova lima
- Dili
- Ermera
- Lautem
- Liquiça
- Manatuto
- Manufahi
- Oecussi
- Viqueque

5. O LOCAL ONDE VOCÊ CRESCERU É CONSIDERADO:

- Área urbana
- Área Rural
- Área periférica

6. QUAL É A RENDA MENSAL DA SUA FAMÍLIA?

- Entre 80 a 150 USD
- Entre 150 a 300 USD
- Entre 300 a 500 USD

- Entre 500 a 750 USD
- Entre 750 a 1000 USD
- a cima de 1000 USD

7. QUAL É O NÍVEL DA ESCOLARIDADE DO SEU PAI?

- Nenhuma escolaridade
- Ensino básico ou equivalente
- Ensino pré-secundário ou equivalente
- Ensino Secundário/técnico Completo
- Ensino superior/profissional completo
- Pós-graduação

8. QUAL É O NÍVEL DA ESCOLARIDADE DA SUA MÃE?

- Nenhuma escolaridade
- Ensino básico completo ou equivalente
- Ensino pré-secundário completo ou equivalente
- Ensino Secundário/técnico completo
- Ensino superior/profissional completo
- Pós-graduação

9. COMPARANDO A SUA ESCOLARIDADE À DE CADA UMA DAS PESSOAS DA SUA FAMÍLIA, QUAL É A POSIÇÃO QUE A SUA ESCOLARIDADE OCUPA ATUALMENTE?

- É o maior grau de escolaridade na sua família
- É o segundo maior grau de escolaridade na sua família
- É o terceiro maior grau de escolaridade na sua família
- É o quarto maior grau de escolaridade na sua família
- É o quinto maior grau de escolaridade na sua família
- Outros

10. EM QUE TIPO DE ESCOLA VOCÊ ESTUDOU NO ENSINO SECUNDÁRIO EM TIMOR LESTE?

- Público
- Privado
- Outro (especifique)

B - QUESTÃO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO SOBRE A INCONGRUÊNCIA DE RESULTADOS

1. Na minha pesquisa sobre a análise de perfil socioeconômico dos alunos bolsistas do programa bolsa de estudo no estrangeiro METL encontrei alguns incongruentes nos resultados de *survey*. Encontra-se o maior número de estudantes com a renda familiar baixa e média, mas o percentual de bolsistas que terminaram o ensino médio na escola privada é alto, como explica isso? Como explica isso? Gostaria de ouvir a sua opinião sobre essa estranheza.